

ARTIGO

MEMÓRIAS DO PATRIMÔNIO COLONIAL: ARQUEOLOGIA DO SOBRADO DOS TOLEDOS, IGUAPE-SP

MEMORIES OF COLONIAL HERITAGE: ARCHAEOLOGY OF THE SOBRADO DOS TOLEDOS, IGUAPE-SP

JULIANA FIGUEIRA DA HORA*
WAGNER MAGALHÃES**
ELAINE ALENCASTRO***

RESUMO

Este artigo trata-se de um palimpsesto do patrimônio colonial de Iguape-SP. Nosso objetivo é trazer, por meio do estudo arqueológico, as diversas ocupações do Sobrado dos Toledos, edifício histórico tombado pelo IPHAN, parte importante da paisagem de Iguape e símbolo neoclássico de um importante contexto colonial. Temos o intuito de ressaltar os agentes sociais, ou seja, todos os grupos sociais que vivem na cidade de Iguape e que fizeram e fazem parte das histórias recuperadas neste contexto, além de restaurar e exaltar as diversas memórias ali vividas, reconstruindo e refazendo uma biografia do local através de uma arqueologia histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia Histórica; Sobrado dos Toledos; Iguape; Memória; Patrimônio.

ABSTRACT

This paper is about a palimpsest of the colonial heritage of Iguape-SP. Our aims is to bring by the archaeological study, several phases of occupations of the Sobrado dos Toledos, a historic building that is listed by IPHAN, as an important part of the landscape and a neoclassical symbol of an important colonial context. We intend to emphasize the social agents, that is, all the social groups that live in the city of Iguape and that did and are part of the recovered the histories in this context, besides restoring and exalting the diverse memories lived there, reconstructing and remaking a biography of the place through a historical archeology.

KEYWORDS: Historical Archaeology; Sobrado dos Toledos; Iguape; Memory; Heritage.

Introdução

Neste artigo trataremos das diversas culturas que foram encontradas nos trabalhos iniciais de arqueologia no Sobrados dos Toledos na cidade de Iguape. Esta cidade, por sua vez, teve seus espaços ocupados por uma sequência de culturas que podem ser identificadas na cultura material exumada do sobrado em questão, ou seja, como um palimpsesto de ocupações. Não nos esqueçamos que “palimpsesto” é qualquer superfície em que o conteúdo anterior ainda é tenuamente visível. A palavra, de origem grega, significa “aquilo que se raspa para escrever de novo”¹.

Importante destacar também que o sentimento de pertença dos agentes sociais que hoje vivem à margem da cidade de Iguape – dentre eles: indígenas, quilombolas, descendentes de famílias que fizeram parte da história dos casarões, trabalhadores rurais nascidos ou não em Iguape, caboclos, agricultores familiares, caiçaras da cidade, entre outros grupos imersos neste contexto – não têm identificação clara com o patrimônio Tombado² pelo IPHAN. Deste modo, temos como intuito refletir sobre a valorização do patrimônio material como espaço de memória e como espaço de inserção social.

O trabalho ora apresentado faz parte do Projeto de Resgate e Monitoramento Arqueológico da Restauração do Sobrado dos Toledos em Iguape-SP, (Processo nº 01506.900342/2017-50, Concorrência Pública 02/2017), Portaria de pesquisa 47 de 10/08/2018. As obras pretendem restabelecer a infraestrutura e conservação dos espaços significativos para a história e arquitetura do município, e estão sendo realizadas com recursos

do PAC Cidades Históricas, programa do Governo Federal, com execução do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O tombamento deste complexo deveu-se à sua simbólica constituição física enquanto edifício, deveu-se também ao enquadramento deste no espaço urbano protegido e inserido na paisagem natural. Hoje esta história vem à tona e nos faz refletir sobre a memória dos povos e suas ressignificações enquanto espaço público e sua possível apropriação atual.

Sobre o Tombamento dos bens do conjunto histórico e paisagístico de Iguape

O tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Iguape ocorreu em 2009, mas foi registrado somente em 30/09/2011, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico³. Nas suas ruas tortuosas somos surpreendidos pela beleza dos seus prédios e casarões dos séculos XVIII e XIX, além da majestosa Basílica do Bom Jesus de Iguape, e da singeleza de suas praças. Como não se referir à bela Igreja do Rosário e à Igreja de São Benedito, construídas aos moldes coloniais argamassadas com óleo de baleia. Essa argamassa construtiva construída à base de óleo de baleia, conchas e cascalhos está presente em todas as construções da cidade e adornam o interior das casas.

A decisão de tomar todo o sítio urbano partiu da busca pela compreensão da sua formação histórica e da teia de relações com a sua natureza circunvizinha. Segundo Nascimento e Scifoni,⁴ a razão pela qual o sítio urbano instalou-se naquela planície se deveu ao Morro da Espia, como o referido autor exemplifica.

A necessidade de proteger o núcleo dos ataques de piratas e corsários e a busca de água potável para a expansão da povoação, levaram a mudança para a base do Morro da Espia. Nesse lugar surgiu a atual Iguape, em 1614, ao mesmo tempo protegida e escondida pelo Mar Pequeno e Ilha Cumprida, com abundantes recursos hídricos em função das nascentes de rios que descem do Morro da Espia, esse desempenhando também função estratégica de vigilância devido a altitude em relação ao conjunto do litoral.⁵

Além do Morro da Espia, outros elementos da natureza de Iguape somaram-se à compreensão de sua formação histórica. Como é o caso da frente de mar interno onde se instalou o Porto Marítimo de Iguape, chamado de Porto Grande, consolidando ali uma função que levou a cidade a momentos de auge econômico e de dinâmica urbana. No porto atracavam desde pequenas embarcações até navios que cruzavam o oceano. O porto de Iguape era um ponto de parada do litoral brasileiro, gerando grande movimentação de embarcações à vapor pelo Mar Pequeno.⁶

As paisagens altamente simbólicas têm por correspondência também o rio de onde foi lavada a imagem de Bom Jesus de Iguape, encontrada em uma praia próxima, por volta de 1647. A imagem foi colocada no altar da igreja e, nos anos que se seguiram, deu origem à festa popular religiosa conhecida como Procissão do Bom Jesus de Iguape, considerada a segunda maior do Estado de São Paulo. O riacho do episódio acima relatado é conhecido como a Fonte do Senhor.⁷

Com isso, entendemos que o tombamento executado pelo IPHAN define o patrimônio edificado como um importante indicador da diferenciação do que deve vir a ser um produto coletivo, um bem integrado

à comunidade.⁸ Ao tombar todo o complexo da paisagem Natural de Iguape, juntamente com seu contexto arquitetônico, reconhece-se que a função social da memória vai além do que é celebrativo ou do que está no campo visual. O tombamento de uma paisagem absorve toda parte da memória afetiva de todos os agentes sociais, formando uma teia extremamente complexa de relações, sentimentos e memórias coletivas.

Iguape: uma história que remonta a um passado indígena

Toda essa condição natural da cidade de Iguape (planície vasta, água doce em abundância, ponto estratégico de defesa, fácil rota para a navegação, entre outros) apreciada pela comissão responsável pelo Tombamento de Iguape também chamou a atenção dos primeiros moradores desta terra.

Ao se consultar o site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi possível observar o registro de três sítios arqueológicos pré-coloniais para a cidade de Iguape, que puderam nos contar um pouco do início desse povoamento.

O histórico de ocupação de Iguape remonta a um passado bastante recuado. O estudo da Arqueologia regional do Baixo Vale do Ribeira, desenvolvido pela arqueóloga Maria Cristina Mineiro Scatamacchia,⁹ concentrado principalmente nos municípios de Iguape e Cananéia, com intervenção pontual na Ilha Comprida, puderam identificar três padrões de ocupação relacionados a grupos humanos e a momentos cronológicos diferentes. As datas obtidas até o momento mostram uma ocupação que vai de 7.000 a 1.000 anos atrás.

Maria Cristina Mineiro Scatamacchia nos informa que a intensa relação dos homens que ocupavam esta região com o ambiente aquático e as diversas maneiras de adaptação foram vitais para a sobrevivência do grupo, isso possibilitou a longa permanência na região e o desenvolvimento de traços culturais indicadores de estabelecimentos com relativa estabilidade.

Ainda segundo a professora Scatamacchia, os sítios arqueológicos que correspondem às aldeias estão localizados em pequenas elevações situadas próximas ao Rio Ribeira ou ao Mar Pequeno. A cultura material associada engloba artefatos de pedra, de cerâmica e ossos, existindo em alguns sítios a presença de objetos de origem europeia. A informação etnográfica do século XVI menciona outros materiais que, nas regiões tropicais, não estão presentes no registro arqueológico, além da menção ao uso de grandes canoas e mecanismos de pesca utilizados por esses grupos.¹⁰

Na década de 1980 foi realizada uma investigação arqueológica sistemática da região sul do Estado de São Paulo, justamente onde há a maior densidade de sítios e onde nenhum sambaqui foi escavado ainda. Uchoa e Garcia¹¹ apresentaram um cadastro dos sítios arqueológicos na Baixada Cananeia-Iguape e, mais tarde, Calippo¹² retomou as pesquisas na região por meio de um novo levantamento sistemático, cadastrando uma maior quantidade de sambaquis para aquela região. Em 2015, a *Zanettini Arqueologia* indicou que foram cadastrados, nos municípios de Cananeia, Iguape e Ilha Comprida, mais de 160 sítios arqueológicos.

No encaço destas reflexões sobre os indígenas do passado, Rodrigues e Afonso (2002) relacionam os sítios encontrados no Vale do Ribeira de Iguape e Vale do Itararé com populações do tronco linguístico

Jê, mais especificamente os Kaingang, a tradição Itararé mais presente na região Centro-Sul. Os índios, sobreviventes das lutas constantes pela posse de terras, foram empurrados para as matas e estão hoje nos arredores do Município de Iguape.

A Fundação de Iguape

De acordo com Diegues (2007)¹³, a cidade de Iguape foi fundada oficialmente no ano de 1538, sendo que o primeiro núcleo populacional instalou-se em Icapara. O ciclo do ouro começou, um pouco mais adiante, por volta de 1550, quando foi encontrado ouro de aluvião no interior do Vale do Ribeira, na região de Apiai-Iporanga, no Alto Ribeira, Eldorado, no Médio Ribeira e em Cananéia e no litoral paranaense. Este movimento aurífero resultou no início do povoamento de Iguape. Entre os séculos XVI e XVII, os primeiros escravos africanos chegaram à região em razão da atividade mineradora.

O Antropólogo Antônio Carlos Diegues nos informa que em 1798 a população total presente na vila de Iguape somava 4.291 pessoas, sendo 3.354 livres (78,2%) e 937 cativos (21,8%). No ano de 1836, livres e escravos somavam 9.366 pessoas, ou seja, ao longo de praticamente 4 décadas a população mais do que dobrou (uma variação de 118,3%). O segmento livre atingiu 6.719 pessoas, representando um aumento da ordem de 100,3%; os escravos, perfizeram 2.647 homens e mulheres, vale dizer, um aumento total de 182,5%. Vale ressaltar que estes censos demográficos não consideravam os indígenas, que viviam à margem da sociedade neste período. A este propósito, Vagner Carvalheiro Porto¹⁴ nos informa que para

a extração de ouro na região de Guarulhos, ainda no século XVI e XVII utilizou-se mão de obra indígena. Em Iguape não haveria de ter-se utilizado do mesmo expediente? Por que não crer que os indígenas pudessem ter, juntamente com os negros, trabalhado na extração do ouro no Vale do Ribeira?

A Casa de Oficina Real de Fundição de Ouro foi fundada por volta de 1630. É considerada, por alguns historiadores, como sendo a primeira Casa de Fundição do Brasil. Não existe um consenso sobre as datas desta fundação, visto que há quem diga que a primeira Casa de Fundição foi estabelecida em São Paulo, por volta de 1580, para fundir o ouro extraído das minas do Jaraguá e de outras jazidas nos arredores da vila. No casarão onde funcionava a fundição hoje está o museu do município.¹⁵

Em meados do século XVIII a vila começou a se erguer economicamente com o advento das atividades ligadas à construção naval. Nesse período, estabeleceram-se em Iguape alguns estaleiros nos quais foram construídos inúmeros navios e barcaças encomendados por armadores de Santos e do Rio de Janeiro. Porém, a construção de um canal artificial em 1855, conhecido como Valo Grande, visando à ligação do Rio Ribeira ao Mar Pequeno, resultou no processo progressivo de assoreamento do porto. Este fato ocasionou a decadência progressiva do Porto Grande e foi o grande responsável pelo colapso econômico da região. A partir de 1942, o porto perdeu totalmente sua função principal e, em 1967, foi aterrado devido a uma reforma urbanística.¹⁶

A produção agrícola foi retomada com a monocultura do arroz que trouxe, em meados do século XIX, um novo apogeu, sobretudo para os municípios de Eldorado e Iguape, onde se intensificou o comércio naval

com vários portos brasileiros e mesmo da Baía do Prata. A grande parte dos casarios de Iguape, segundo Diegues, foram construídos na época do fausto da economia de arroz, entre o começo do século XVIII e final do século XIX. Os donos de engenho de arroz e desses sobrados importavam produtos de Portugal e depois do Rio de Janeiro, ostentando luxo no seu vestuário e talharia, que viria a ser símbolos de sua riqueza.

Durante os trabalhos de arqueologia no Sobrado dos Toledos, ao indagarmos alguns dos auxiliares de campo – moradores de Iguape – sobre a grande quantidade de achados que emergiam em abundância do solo, constatamos que o auge da economia ligada ao arroz é tão marcante na memória destes moradores que em suas respostas os pequenos e ricos objetos encontrados eram sempre ligados ao período da rizicultura na região.

No ano de 1854, momento em que a comercialização do arroz estava em alta, registrava-se para Iguape e suas freguesias, uma população livre com mais de dez mil pessoas (10.519) e uma população escrava com 4.702.11, de acordo com o censo da época. Entre 1850 e 1880, o número médio de sacas exportadas estaria ao redor de 50.000. O apogeu da agricultura de arroz foi favorecido pelo intenso afluxo de cativos africanos durante a primeira metade do século XIX. O fim do tráfico atlântico refletiu de forma significativa na estrutura demográfica da população de Iguape. Com isso, observa-se já em 1874 um crescimento da população livre, e ao mesmo tempo a redução do contingente cativo, que representava 1.584 pessoas no referido ano e apenas 679 na antevéspera da abolição (1886). De acordo com Diegues, houve uma imigração japonesa muito intensa em

Iguape, posterior a europeia, que ocorreu no início do século XX, logo após a assinatura da Lei Áurea, em 1888.¹⁷

Em Iguape houve principalmente imigração japonesa, posterior a europeia, que ocorreu no início do século XX. Nesta localidade criou-se o povoado de Jipovura, o primeiro no Brasil, que tem a característica marcante da construção de casas que mesclam as técnicas de taipa com o acabamento japonês. Para os japoneses foi um difícil recomeço de vida, marcado pela tentativa de se reerguer apoiando-se no cultivo de arroz, farinha de mandioca e alambique. Contudo, em 1913 as autoridades brasileiras reconheceram a importância dos japoneses e resolveram ajudá-los a se desenvolver, então surgiu a ideia de fundar uma colônia específica para receber levas de imigrantes, que seria administrada pelos próprios imigrantes. Surgiu assim a colônia Katsura, fundada em 9 de novembro de 1913, tendo em seu nome uma homenagem a um ministro japonês.¹⁸

Mesmo após a Lei Áurea, os negros que haviam fugido para os quilombos, permaneceram nestas localidades vivendo principalmente da agricultura. Atualmente, a comunidade remanescente de quilombo vive na Comunidade Quilombola Morro Seco, que fica no Município de Iguape – SP, na estrada de terra que fica no Km 419 da BR-116, à direita de quem vem no sentido Curitiba/São Paulo. A comunidade hoje é composta de 22 famílias, totalizando 85 pessoas. Mais da metade da população tem idade entre 19 e 60 anos. Há 16 crianças com até 12 anos e 14 idosos, com mais de 60 anos.

É interessante observar que, mesmo a historiografia não tendo dado destaque à presença indígena na região, eles viveram e se desenvolveram

em Iguape ao longo dos séculos. Herrero nos informa sobre os grupos indígenas que vivem em Iguape na Terra Indígena Ka'aguy Hovy,

há três aldeias pequenas dos Guarani-Mbyá: Itapuã e Itape e Jejty, na enseada da Toca do Bugio. Próxima ao bairro de Icapara, essa TI No tekoha Jejty pelo menos oito famílias, com vinte pessoas, vivem de acordo com o modo tradicional, plantando para subsistência e vendendo artesanato em Iguape. No tekoha Itapuã vivem 12 famílias, com 70 pessoas. Não há conflito com a vizinhança, apesar de 30 famílias não indígenas viverem no território tradicional e muitos visitantes circularem na área, atraídos pela pesca e pela Área de Proteção Ambiental (APA) no alto do morro.¹⁹

No Vale do Ribeira concentra-se um dos últimos remanescentes contínuos de Mata Atlântica do Brasil, e abriga várias comunidades tradicionais e locais - quilombolas, indígenas, caiçaras, caboclos e agricultores familiares, criando um grande emaranhado de culturas que se entrelaçaram ao longo do tempo e que se verifica até os dias atuais.

Essa teia social que se formou durante a criação da cidade de Iguape persiste ao longo dos anos, mesmo que todos os grupos sociais existentes ali não se sintam pertencentes à cultura lusa predominante. Diante disso, o Sobrado dos Toledos é, ao mesmo tempo, um pedaço da história de uma Iguape dominante, mas que, graças às escavações arqueológicas, vem acusando a presença marcante das diferentes identidades acima relatadas. Neste sentido, destacamos os fragmentos de cerâmica indígena escavados, provenientes dos níveis mais profundos, que vem completar os inúmeros fragmentos que possuem referência do período imperial e tantos outros objetos do século XVIII e XIX como frascos de vidros, fragmento de

cerâmica, moedas, cachimbos, botões, dentre outros objetos, dentre tantos outros objetos.

O Sobrado dos Toledos

O imponente sobrado dos Toledos compõe o conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, localizado no Centro Histórico do Município. O prédio conhecido atualmente como Sobrado dos Toledos, foi construído na primeira metade do século XIX por José Carlos de Toledo, filho do comendador José Jacinto de Toledo, que morava na velha Rua Direita (hoje 9 de Julho), no prédio hoje conhecido por “Hotel São Paulo” (ou “Sobrado dos Mâncios”). José Carlos de Toledo, mesmo tendo sido um dos homens mais ricos de seu tempo, morreu empobrecido. O prédio foi confiscado pela Justiça e em 17 de setembro de 1879, seu genro, Arlindo Carneiro de Araújo Aguiar, e seus filhos, José Carlos de Toledo Júnior e Antônio Carlos de Toledo, adquiriram o sobrado do Juízo Municipal de Iguape.²⁰

Em 25 de outubro de 1918, Antônio Carlos de Toledo Junior e outros venderam suas partes a Ana de Toledo Aguiar, também filha de José Carlos de Toledo. Consta que nesse prédio funcionaram os clubes “Chuveiro de Ouro” e “Grêmio Flor de Açucena”, na década de 1920, no pavimento superior; e o Bar de Maneco Gatto.

Ana de Toledo Aguiar era devota do Bom Jesus, isso fez com que ela, no dia 31 de julho de 1931, juntamente com seus filhos Arlindo de Aguiar Júnior, Júlio de Toledo Aguiar e outros agregados fizessem a doação do sobrado ao Santuário de Iguape para que abrigasse romeiros pobres

durante as festividades do padroeiro. O prédio passou, então, a ser conhecido por "Sobrado do Santo".²¹

Depois de alguns anos, o edifício foi dividido e alugado a diversos empreendimentos locais, como clubes, bares, associações e até um cine teatro. É tombado pelo Condephaat, processo nº 00469/1974, resolução de 06.02.1975, inscrição no Livro de Tombo nº 93, p. 11, de 17 de fevereiro de 1975; e situa-se no perímetro tombado pelo IPHAN, conforme Edital de Notificação publicado no DOU de 12.11.2009, Processo de Tombamento nº 1.584-T-09, com inscrição no Livro de Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Em 2010, após uma torrencial chuva na região, toda a cobertura desabou, destruindo também os assoalhos dos pisos do primeiro e segundo pavimentos. Desde então, o imóvel estava fechado e com parte dos escombros no local. O prédio necessitava de intervenção total para instalação de novo telhado, pisos, forro e alvenarias; recuperação e restauro das esquadrias existentes.

Em 2013 foi publicado um edital (edital 04/2013 Processo nº 01506.005491/2013-80) que tinha como intenção a contratação de restauro na área descoberta e desocupada do lote. A proposta foi implementar projeto de paisagismo do jardim e infraestrutura para instalação de um Café, a ser arrendado pelo proprietário. A Mitra Diocesana de Registro, atual proprietária do imóvel, almeja que o prédio volte a desempenhar sua função de atendimento aos romeiros durante as festividades do Bom Jesus e Nossa Senhora das Neves, que acontece todos os anos de 28 de julho a 6 de agosto. Nos demais dias do ano espera-se que se torne um local para promoção da

cultura religiosa e local, com a realização de eventos, exposições, seminários, palestras e exposições teatrais.

Abaixo seguem as imagens da fachada do Sobrado dos Toledos e da escavação em andamento.



Figura 1: Situação atual da fachada do prédio. Foto: Wagner Magalhães – Julho de 2018



Figura 2: Situação atual da fachada lateral do prédio. Foto: Wagner Magalhães – Julho de 2018.



Figura 3: Vista aérea das escavações arqueológicas. Foto: Wagner Magalhães – Setembro de 2018



Figura 4: Unidade de escavação A1. Foto: Wagner Magalhães – Setembro de 2018.

Estudos Arqueológicos no Sobrado dos Toledos

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN exigiu, juntamente com os trabalhos de restauro, estudos de arqueologia. Em nossa pesquisa arqueológica previmos a realização de cortes amostrais independentes das atividades de acompanhamento da obra, abrindo áreas de escavação ampla quando a área era positiva para estrutura ou material arqueológico. Nesse sentido, a metodologia foi voltada para escavações preventivas de impacto e monitoramento.

Devido ao alto grau de potencial arqueológico do espaço onde se encontra o Sobrado dos Toledos, fizemos intervenções de subsolo para a prevenção antecipada de impactos ao patrimônio arqueológico, desta forma, compreendendo o contexto das camadas estratigráficas e de superfícies horizontais, já que os mesmos podem estar dispersos no espaço sem muita ordem estabelecida. Portanto, foram feitas sondagens de um metro por um metro, para a verificação do subsolo nas áreas, abrindo para uma escavação ampla quando averiguou-se a possibilidade de se encontrar artefatos arqueológicos. Assim, em conformidade com uma metodologia para trabalhos desta natureza, consideramos as intervenções arqueológicas de forma sistemática e intensiva.

As escavações que se desenvolvem trazem à tona as ocupações do Sobrado dos Toledos. Foi escavada cerca de 80% da superfície interior do local. A estratigrafia que temos observado, retrata um período de ocupação intensa nas camadas referentes aos níveis entre 30 e 60 cm de profundidade, mostrando que este se relaciona com o período do auge econômico da cidade de Iguape, retratado por moedas do fim do período imperial, tinteiro

de grés, fragmento de escova de dente confeccionada em osso, cachimbos, variados fragmentos de porcelana e cerâmica, frascos inteiros e frações de vidros de perfume e remédios, ainda uma coleção abundante em botões, cuja a matéria prima se traduz em osso, vidro e madrepérola e brinco de prata (Figura 5, Figura 6, Figura 7, Figura 8, Figura 9, Figura 10, Figura 11 e Figura 12). Nas camadas entre 60 até 1,20 cm o solo permanece estéril. Vindo a conter material arqueológico na profundidade final de escavação em 1,20 cm, momento que se tornou impossível continuar a escavação, devido a intensa quantidade de água que começou por desbarrancar as laterais da sondagem.



Figura 5: Botões de osso, madrepérola e de vidro. Foto: Wagner Magalhães – Setembro de 2018



Figura 6: Moedas do fim do Império. Foto: Wagner Magalhães – Setembro de 2018.



Figura 7: Borda de cerâmica. Foto: Wagner Magalhães – Setembro de 2018



Figura 8: Cachimbos. Foto: Wagner Magalhães – Setembro de 2018.



Figura 9: Tinteiro de Grés. Foto: Wagner Magalhães – Setembro de 2018



Figura 10: Escovas de dente feitas de osso. Foto: Wagner Magalhães – Setembro de 2018.



Figura 11: Garrafas de remédio e perfume.
Foto: Wagner Magalhães – Setembro de 2018



Figura 12: Brinco de prata. Foto: Wagner Magalhães – Setembro de 2018.

Os objetos do Sobrado dos Toledos refletem mudanças do pensamento e, conseqüentemente, o comportamento social nos bens de consumo, assim como alguns códigos de conduta que mudaram o comportamento social, alterando também o registro arqueológico, sendo possível registrar continuidades e/ou ruptura no consumo, hábitos e normas dentro de um determinado grupo.

Estes objetos nos direcionam a pensar acerca das discussões que envolvem hábitos cotidianos que se ligavam às escolhas culturais vividas nos séculos XVIII e XIX. Os hábitos culturalmente recebidos e estabelecidos em Iguape refletem, em certa medida, hábitos sociais do modo de vida da corte francesa, que por sua vez influenciou muitas cortes europeias, inclusive a portuguesa, seguindo a tendência de civilidade metropolitana. A introdução de uma nova ordem no comportamento social reproduzida a partir da burguesia europeia estendeu-se ao Brasil, e os artefatos por nós desvelados são um claro exemplo disso.

O Significado dos espaços para a construção da memória

Uma edificação interfere diretamente na vida das pessoas e da comunidade, definindo e determinando o seu ser social. Em conformidade com Senatore e Zarankin consideramos que as edificações são objetos sociais e, portanto, carregadas de valores e sentido próprio. Neste sentido, as edificações não devem ser compreendidas simplesmente como reflexo passivo, mas partícipes ativos na formação das pessoas.²²

Com isso, entendemos que o tombamento executado pelo IPHAN define o patrimônio edificado como um importante indicador da diferenciação do que deve vir a ser um produto coletivo, um bem integrado à comunidade.²³

Os espaços modificam-se e transformam-se, assim, cada grupo em seu tempo traz suas alusões necessárias para a constituição de um novo lugar. Arqueólogos pensaram a partir das condições do espaço em que estavam inseridos, assim, puderam desenvolver pesquisas sobre padrões de comportamento, com direcionamento para a dispersão populacional, escolha da moradia, alimentação, enfim, uma lista detalhada na qual o meio ambiente se fazia presente. Desta forma, é descrita a formação do espaço físico, levando ao entendimento da preservação destes ambientes.

Os espaços, por sua vez, passam a ser carregados de histórias e referências construídas coletivamente. O modelo criado pelo arquiteto polonês Amos Rapoport considera que há níveis de significado no ambiente construído que fornece subsídios úteis para abordar essas questões. Rapoport identifica níveis de significado em ambientes construídos: significado simbólico, que descreve o simbolismo codificado em edifícios e

confere significados deliberados sobre identidade e status comunicados pelos designers e construtores de edifícios e cidades. Também identifica significados que descrevem as maneiras pelas quais o ambiente construído interage recursivamente com comportamento e movimento humano.²⁴

É importante frisar que, para além da questão social demonstrada até o momento, o edifício expressa uma “eloquência do poder” como diria o filósofo alemão Friedrich Nietzsche em seu trabalho *Crepúsculo dos Ídolos* editado pela primeira vez em 1889. Segundo o filósofo:

Os homens mais poderosos sempre inspiraram os arquitetos; o arquiteto esteve continuamente sob a sugestão do poder. No edifício, o arrojo, a vitória sobre a gravidade, a vontade de potência devem ser tornadas visíveis: a arquitetura é uma espécie de eloquência do poder pelas formas, ora convincente e até acariciante, ora dando somente ordens.²⁵

Como vimos, a interpretação sugerida por Rapoport não é independente e mutuamente exclusiva, e a sua conjunção permite-nos decodificar e compreender as intenções dos governantes e construtores, como Nietzsche nos sugere. Nossa proposta neste texto é buscar enfatizar cada vez mais o comportamento daqueles que interagem ativamente com os edifícios. E em nosso estudo de caso específico – o Sobrado dos Toledos – enfatizamos a sobreposição dos diversos grupos que travaram contato com o local.

A questão do Patrimônio Histórico

De acordo com Hugues de Varrine-Bohan, a problemática do Patrimônio Cultural pode ser dividida em 3 grandes categorias: 1) as pertencentes à natureza e ao meio ambiente 2) às pertencentes ao conhecimento (o saber fazer), ou seja, elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural e 3) os pertencentes ao que chamamos de bens culturais, as coisas, os objetos, os artefatos e as construções obtidas pelo domínio do saber fazer e por meio do domínio da natureza.²⁶

Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, ou seja, tudo o que pertencia ao pater ou pater famílias, tudo o que era patriarcal, individual e privativo.²⁷ Com o advento do cristianismo, entre os séculos (IV –V) e Idade Média (VI – XV), acrescentou-se um caráter simbólico, coletivo e religioso no significado de patrimônio. A partir da criação de Estados Nacionais nas sociedades modernas, o patrimônio se transformou, migrando da esfera privada e aristocrática para a esfera coletiva.

Os Estados Nacionais, segundo Funari e Pelegrini (2006), primeiro inventaram os cidadãos e uma cultura nacional, alicerces de suas bases nacionais. O Patrimônio que conhecemos hoje nasce com uma língua, origem e território surgido, portanto, da invenção de uma cultura nacional. O chamado Patrimônio Nacional é oriundo da Revolução Francesa, nasceu em meio às lutas civis com a criação de uma comissão encarregada da preservação dos monumentos nacionais para proteção daquilo que naquele momento se entendia como patrimônio importante a ser preservado.²⁸

Ao longo do século XX a categoria patrimônio começou a abranger outras definições que não as relacionadas à estrutura econômica, jurídica e de propriedade familiar. O conceito passou a abranger outros sentidos, discussões e adjetivos, como o de patrimônio genético, patrimônio natural,

patrimônio histórico, patrimônio cultural, patrimônio etnográfico, entre outras definições.

As novas abordagens refletiram diretamente no modo como as estruturas governamentais passaram a atuar frente à valorização e preservação dos bens e testemunhos históricos e culturais correlacionados às memórias e condutas sociais cujas narrativas reportam à configuração e formação da identidade nacional brasileira.²⁹

Neste sentido, pesquisas envolvendo o levantamento e registro dos patrimônios históricos e culturais³⁰ brasileiros estiveram direcionadas, sobretudo, ao reconhecimento e compreensão dos diferentes saberes, fazeres, expressões e práticas culturais materiais e imateriais que remetem à história, à memória e à identidade dos distintos grupos sociais que ocuparam e dos que ocupam os mais variados contextos geográficos. Assim, cabe destacar que os registros dos patrimônios culturais brasileiros consistem, principalmente, em preservar e conservar os bens de ordens materiais, imateriais e naturais aos quais os valores socioculturais estão associados, ou seja, dos bens representativos de histórias e culturas de lugares e grupos sociais heterogêneos.

Portanto, o patrimônio cultural, em suas diferentes dimensões (material, imaterial e natural), exprime sentidos culturais e, sobretudo, é merecedor de registro e valorização. No entanto, estes mesmos bens culturais representam, além da cultura, memórias e sentidos de identificação elaborados pelos sujeitos que neles inscrevem suas impressões. O processo de preservação dos patrimônios culturais, segundo Anico:

veio materializar a obsessão pelo passado, configura-se como uma estratégia de protecção, baseada na conservação de identidades centradas, unidas e coerentes, mediante a valorização dos patrimônios e da memória, como resposta às pressões das forças da globalização, ao desconforto do presente e às incertezas do futuro.³¹

A preservação dos patrimônios culturais “resulta, portanto, de práticas que, por definição, são desenvolvidas na interface entre as agências governamentais e segmentos específicos e especializados da sociedade”.³²

Sendo assim, a partir da valorização política operante sobre os patrimônios culturais, incluindo-os como parte importante no processo de construção da identidade nacional, é possível construir junto aos atores sociais, a compreensão dos fatos históricos e dos aspectos culturais que fizeram e os que continuam fazendo parte da realidade cultural que eles vivenciaram/vivenciam.

Identificação e pertencimento em cidades coloniais brasileiras

A questão do pertencimento está associada à noção de identificação intrínseca construída entre a cultura material e/ou as edificações que fazem parte da realidade cultural de uma sociedade. Porém, esta interação não é natural do processo de envolvimento cotidiano, faz parte de uma transmissão de conhecimento puramente discursiva, distanciada do indivíduo que a detém em seu entorno, ou seja, faz parte de um discurso de poder, como nos alerta Michel Foucault em a *Microfísica do Poder*.³³ Nele, Foucault nos informa que é preciso fazer uma “história dos espaços” – que seria ao mesmo tempo uma “história dos poderes” – que estudasse desde

as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar; passando pelas implantações econômico-políticas.³⁴

O distanciamento entre a população contemporânea e os seus monumentos coloniais é fruto de um discurso de uma política de patrimônio das elites. Neste sentido, o Sobrado dos Toledos se apresenta como uma oportunidade para o resgate de uma construção de uma memória mais plural, como é o caso da memória de Iguape. Como nos diz Foucault, o monumento funciona como suporte de uma memória e a cidade como suporte de um discurso construído. Ele enfatiza que a cidade deve ser entendida como um texto a ser lido.³⁵ Os níveis estratigráficos das escavações do Sobrado dos Toledos desvelam uma memória obliterada muitas vezes pelo poder dominante, mas que ecoa nos pequenos fragmentos encontrados.

O que se escolhe e se elege como patrimônio faz parte das escolhas de preservação, da construção de uma identidade histórica e cultural de esquecimento das senzalas, das favelas e dos bairros operários.³⁶ O sentimento de alienação está no não pertencimento, em tudo o que não faz parte da realidade da maioria hoje. Pedro Paulo Funari, ao citar o trabalho de Eunice Durhan, nos informa que um patrimônio está relacionado à “História das classes dominantes, e que a história dos dominados é raramente preservada”³⁷.

Além da escolha dos edifícios, a escolha dos espaços também vai para além do concreto e de quem detém o poder. Neste sentido, as ideias de Henri Lefebvre (1979) cabem nesta discussão. O filósofo marxista cunhou o termo “Le droit à la ville”, que significa o direito à cidade em

português; trata-se do direito que a população teria sobre o acesso à vida urbana e tudo o que isso implica. Lefebvre deixou claro que o "processo cultural pelo qual as pessoas constroem seus entendimentos do mundo é uma preocupação inerentemente geográfica".³⁸ O filósofo mostrou que o lugar é concreto: ele se refere à localização precisa das fábricas, bairros de trabalhadores, moinhos, bancos, casas, estradas e parques. Apesar disso, nesta mesma linha de raciocínio, o arqueólogo Charles Orser considera que o espaço, embora mensurável, possa ser uma abstração ligada a uma rede invisível. Como tal, a espacialidade tem um caráter dual que incorpora elementos físicos e mentais.³⁹

Pode ser claramente percebido pelo leitor o nosso entendimento de espaço, edifícios, poder e memória. Assim sendo, buscamos considerar o conceito de “Lugares de Memória” de Pierre Nora, segundo o qual assevera que a memória é viva e está em constante transformação,

aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações.⁴⁰

Para o autor a memória se caracteriza no coletivo, assim sendo, o sentimento de continuidade reflete nos lugares e, portanto, “existem lugares de memória porque não existem mais meios de memória”.⁴¹

A memória precisa se assentar em um sentimento, no gesto, no objeto. Algo que nos faz rememorar um passado vivido, já que a memória não é espontânea, necessitando de aportes ou

[...] criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso que

a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a memória depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora.⁴²

Os lugares de memória são, portanto, a materialização simbólica de determinado local, objeto, ato, entre outros aportes, de modo que são capazes de evocar não só a memória, mas também o sentimento de pertencimento, um sentimento coletivo de representações social, que pode determinar um grupo. Esse fortalecimento da memória coletiva cria raízes de identidade. Assim, a memória afetiva acaba por trabalhar a favor do patrimônio, já que por meio de seu suporte físico é possível evocar o passado cuja memória se quer preservar.

Segundo Halbwachs, qualquer fato, sensação, mesmo interiorizado individualmente, é produzido e rememorado de forma coletiva. Logo, as percepções de tempo, as necessidades de rememoração, o próprio processo de memorização e o esquecimento, são produtos sociais. Assim, quando ele é expresso, carece de uma espécie de aval social em que a lembrança individual é confirmada.⁴³

A memória – dentro das atuais discussões sobre patrimônio – ganha considerável atenção com as novas tendências historiográficas. Estas sugerem que haja uma maior comunicação entre as ciências humanas e outras áreas como: história, antropologia, geografia, meio ambiente, filosofia, entre outras, que passam a interagir de forma multidisciplinar, não mais tratando a memória como um conhecimento isolado, mas como um conceito interligado por redes dentro da sociedade.

A memória é para os grupos sociais, a forma de se perpetuar costumes e tradições, sendo que diz respeito à história concebida não como conhecimento do homem no passado, mas como conhecimento da dimensão temporal do homem. “Sem história não há memória”.⁴⁴

Considerações finais

A natureza da memória é da mesma ordem que a natureza do tempo.⁴⁵ Que natureza é essa que a física, a biologia, as ciências da linguagem, a filosofia e as artes vêm tentando responder desde antes de serem consideradas disciplinas separadas?⁴⁶ Proust refere-se à memória enquanto sentimento segundo o qual não fazem exceção às lembranças, que são regidas no hábito. Segundo ele

o que melhor nos lembra um ser é justamente o que nós havíamos esquecido (porque era insignificante, assim nós lhe deixamos toda a sua força). É por isso que a melhor parte da nossa memória está fora de nós. Está num cheiro de chuva, num cheiro de quarto fechado ou no cheiro de uma primeira chama, seja onde for que nós mesmos encontremos aquilo que a nossa inteligência pusera a parte, a última reserva do passado, a melhor, aquela que, quando todas as nossas lágrimas parecem calar, sabe ainda fazer-nos chorar.⁴⁷

Proust nos lembra que somos humanistas e por mais que a história oficial sempre tenda a perpetuar a memória do vencedor ou do mais poderoso, entendemos que inevitavelmente, múltiplas memórias se intercalam e se completam na composição da vida de uma cidade.

A história que vem sendo escrita no âmbito das pesquisas arqueológicas no Sobrado dos Toledos se insere nessa apropriação de

espaços por diferentes grupos sociais, desta forma, enquadrando-se na perspectiva conservadora de patrimônio e memória. Assim, podemos questionar e refletir sobre o sentimento de pertencimento da comunidade atual de Iguape e em que medida remanescentes dos quilombos, que vivem em um bairro isolado de Iguape podem se sentir pertencentes em relação a este casarão? Os poucos indígenas que ali vivem teriam algum motivo para se sentirem parte desta construção? Por sua vez, os caiçaras, grupo predominante na cidade, sentem que o Sobrado dos Toledos fazem parte de sua história? De que forma?

Queremos crer que, de algum modo, as múltiplas vivências no casarão possam sugerir encaminhamentos de resposta a estas perguntas. Como vimos, o edifício transmutou-se ao longo do tempo, teve diversos usos e significados e as escavações por nós empreendidas até o momento, trouxeram à tona uma história bastante diferente da que pudemos encontrar nos livros que tratam da história de Iguape. Este casarão construído no auge econômico desta cidade – que representou a ostentação dos grupos sociais dali – foi resignificado ao logo dos anos, reconfigurado na sua estrutura e uso, transformado desde um local de encontro de romeiros, passando por bar, escritório, cinema e culminando em uma danceteria. Não há como deixar passar despercebido tamanha ecleticidade de vivências e significados. Deste modo, observamos o palimpsesto de diferentes povos, grupos sociais e etnias que se situaram nesta planície, representados pelos objetos encontrados nas escavações e nas estruturas sociais imbricadas que se fundem com a própria história da vivência da cidade de Iguape.

Notas

* Juliana Figueira da Hora é doutora e mestre em Arqueologia Clássica pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Realizou em 2015 pesquisa na École Française D'Athènes (EFA), na Grécia, com bolsa BEPE/Fapesp de doutorado. Atualmente é pós doutoranda em Arqueologia pelo MAE-USP com ênfase em acervos museológicos e humanidades digitais. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Histórica e Patrimônio Arqueológico. É membro ativo do Labeca (Laboratório de Estudos sobre Cidade Antiga) desde 2006 e membro ativo do LECA (Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga) desde 2013. ORCID: 0000-0003-2697-9248.

** Wagner Magalhães é doutorando e mestre em Arqueologia Brasileira pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Especialista em Arqueologia pela UNISA e graduado em Agronomia pela FIC em 2005. Possui MBA executivo Gestão Ambiental pela FIC, além de especializações nas áreas de Fitopatologia (UFV) e Agroecologia (Berkeley University). É sócio efetivo da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Atua como consultor/pesquisador junto às seguintes Instituições: Fundação Araporã, Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana – IPEH, Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural. Tem experiência nas áreas de Ciências Sócio Ambientais e da terra, com ênfase na elaboração e coordenação de Estudos Arqueológicos, paisagísticos e ambientais. ORCID: 0000-0003-1898-3343

*** Elaine Alencastro é doutoranda em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, mestrado em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (2014), possui graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás (2004). Atualmente é Diretora Geral da Arqlogos Pesquisa Científica e Colaboradora na Cia ExpressArte. Tem experiência em estudos relacionados a grupos indígenas do Brasil, da pré-história ao período colonial, vida cotidiana e alimentar da sociedade brasileira dos séculos XVIII e XIX. É sócia colaboradora da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), Cadastro técnico IBAMA: 6777673. ORCID: 0000-0002-3485-7614

¹ PRADO, C.V.; TAAM, P. A construção da memória como um palimpsesto. **Revista ARA** N° 2, Grupo Museu/Patrimônio FAU-USP, 2017, pp. 44-45.

² Maria Sylvia Zanella di Pietro nos informa que existem três modalidades de tombamento, que podem ser classificadas segundo a sua eficácia, sua constituição e seus destinatários. Quanto à sua constituição, o tombamento poderá ser de ofício voluntário ou compulsório. Constitui-se de ofício o tombamento de bens públicos pertencentes à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 24, Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

³NASCIMENTO, F. B. do; SCIFONI, S. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v. 6, n. 1, jan./mar., 2015, pp. 26-38.

⁴ Idem, pp. 26-28.

⁵ Idem, p. 32.

⁶ Idem, p. 34.

⁷ Idem, p. 35.

-
- ⁸ VIEIRA, S. de S. **O tombamento como prática social: a atuação do IPHAN em Campos dos Goytacazes**, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Norte Fluminense, UENF, 2003, pp. 8-9.
- ⁹ SCATAMACCHIA, M. C. M. **Arqueologia no Baixo Vale do Ribeira**. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 1, 2005, n. 1, pp. 56-68.
- ¹⁰ Idem, p. 54.
- ¹¹ UCHÔA, D. P., & GARCIA, C. D. R. Cadastramento dos sítios arqueológicos da baixada Cananéia-Iguape, litoral sul do estado de São Paulo, Brasil. **Revista de Arqueologia**, 1(1), 1983, pp. 19-29.
- ¹² CALIPPO, F. R. **Os sambaquis submersos de Cananeia: um estudo de caso de arqueologia subaquática**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004; WICHERS, C.A.M. (Org.). **Mosaico paulista: Guia do patrimônio arqueológico do estado de São Paulo**. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2010 apud AFONSO, M. C. Arqueologia dos sambaquis no litoral de São Paulo: análise da distribuição dos sítios e cronologia. **Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas**.v. 17, n. 30, jan./Jun.2017, pp. 203-227.
- ¹³ DIEGUES, A. C. **O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população**. CENPEC, 2007.
- ¹⁴ PORTO, V. C. Questões gerais sobre Arqueologia. In: Elmi El Hage Omar. (Org.). **Guarulhos tem História - questões sobre História Natural, Social e Cultural**. 1ed.São Paulo: Ananda Gráfica e Editora, 2008, p. 139.
- ¹⁵ DIEGUES, A.C. op. cit..
- ¹⁶ DIEGUES, A.C. op. cit..
- ¹⁷ DIEGUES, A.C. op. cit..
- ¹⁸ PEREIRA, C.A.J (Org.). **Iguape: Princesa do Litoral, Terra do Bom Jesus, Bonita por Natureza**. São Paulo: Noovha América, 2005. p. 12.
- ¹⁹ HERRERO, R. R. Vale do sonho Guarani. In: **Porantim em defesa da causa indígena**. Ano XXXVII, Nº 384 Brasília-DF, Abril, p. 8, 2016.
- ²⁰ FORTES, L., et. al. A revitalização da herança cultural no processo de formação docente sob a perspectiva Vygotskyana. **Revista Científica Indexada Linkania Master**, nº 01, 2011.
- ²¹ Idem.
- ²² SENATORE, M. X. & ZARANKIN, A. Leituras da sociedade moderna. Cultura material, discursos e práticas. **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul**. Buenos Aires: Ediciones Del Trindade, 2002, pp. 5-18.
- ²³ VIEIRA, S. de S. op. cit., pp. 8-9.
- ²⁴ RAPOPORT, A. **The meaning of the built environment: A nonverbal communication approach**, University of Arizona Press, 1990.
- ²⁵ NIETZSCHE, F. **O crepúsculo dos ídolos**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 26 apud PORTO, V. C. A cidade como discurso ideológico: monumentalidade nas moedas do Império Romano. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Supl. 18, p. 95, 2014.
- ²⁶ PELEGRINI, S. C., & FUNARI, P. P. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 11.

-
- ²⁷ PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História** [online], 2006, vol. 26, n. 51.
- ²⁸ *Ibid.*, p. 17.
- ²⁹ GONÇALVES, J. R. S. **Os limites do patrimônio. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007, pp. 239-248.
- ³⁰ Optamos por abordar o termo “patrimônios históricos e culturais” no plural, devido à diversidade e heterogeneidade de bens, valores, lugares, práticas e expressões socioculturais que estão inseridas e representadas no contexto geográfico brasileiro.
- ³¹ ANICO, M. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. **Horizontes antropológicos**, 11(23), 2005, p. 75.
- ³² ARANTES, A. A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Habitus**, 4 (1), 2006, p. 426.
- ³³ FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. [1ª Edição].
- ³⁴ FOUCAULT, Op. cit. apud PORTO, V. C. e HORA, J. F. da. Patrimônio arqueológico na Síria: discutindo as ações do Estado Islâmico. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 61, 2018, p. 258.
- ³⁵ FOUCAULT, op. cit., p. 95.
- ³⁶ FERNANDES, J. R. O. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. **Revista Brasileira de História**, 13 (25/26), 1993, p. 276.
- ³⁷ DURHAM, E. 1984. Texto II. In. **Produzindo o Passado, Estratégias de construção do patrimônio cultural**, A.A. Arantes (Ed.), 23-58. São Paulo: Brasiliense apud FUNARI, P. P. A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. **Trabalhos de antropologia e etnologia**, 41(1-2), 2001, pp. 23-32.
- ³⁸ LEFEBVRE, H. Space: social product and use value. *Critical sociology: European perspectives*, 1979 apud Anderson, K., & Gale, F. *Inventing places: Studies in cultural geography*, 1992.
- ³⁹ ORSER Jr, C. E. **Images of the recent past: readings in historical archaeology**. Rowman Altamira, 1996.
- ⁴⁰ NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, 10, 1993, p. 9.
- ⁴¹ *Ibid.*, p. 7.
- ⁴² *Ibid.*, p. 13.
- ⁴³ HALBWACHS, M. La mémoire collective et le temps. **Cahiers internationaux de sociologie**, 101, 1996, pp. 45-65.
- ⁴⁴ RODRIGUES, U. E. **Ensaio de José Honório Rodrigues: Em Busca de uma Historiografia Brasileira**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2014, p. 73.
- ⁴⁵ PRADO, C.V.; TAAM, P. op. cit., p. 41.
- ⁴⁶ *Idem.*
- ⁴⁷ PROUST, M. **À l'ombre des jeunes filles en fleurs**. Paris: Éditions Gallimard, 1919 apud TOCCHETTO & THIESEN, Patrimônio Arqueológico: O desafio da preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 33, 2007, p. 175.